Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024

JPDN/LS/YB/JR/TM 1367/25

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇ CEARÁ S.A ZPE	ÃO DO
Demonstrações contábeis	

Conteúdo

Relatório da Administração

Em 31 de dezembro de 2024

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

C.N.P.J. 13.006.170/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Senhores Acionistas,

Apresentamos os resultados financeiros e operacionais da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE S/A ao final do exercício de 2023, oportunidade em que expressamos a nossa satisfação em ter finalizado um período com grandes conquistas. Em observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76, apresentamos à Assembleia de Acionistas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2024.

Finanças e metas Corporativas

A companhia encerrou o ano com uma Receita Bruta total de R\$ 50.854.906,93, um crescimento de 14,38% em comparação a 2023. As despesas operacionais totalizaram R\$ 26.502.571,24, apenas 6% maior do que o ano anterior. Já o Lucro Líquido atingiu a marca de R\$ 13.568.036,05, o melhor resultado dos último 03 anos, segundo melhor resultado da história, ficando atrás somente 2020 quando a companhia alcançou um resultado de R\$ 14.536.371,53.

A gestão responsável da Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 3.495.688,47 em 2024, referente a aquisição de bens tecnológicos que modernizam a companhia e contribuem para sua eficiência, assim como, investimentos em infraestrutura com foco na evolução das operações e atração de novos negócios, que resultaram em números positivos e no crescimento patrimonial.

A margem EBITDA fechou ano em 45,25%, representando R\$ 20.046.012,46, e superando a meta corporativa estabelecida em 9%, o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 37,88%, um ótimo resultado, que para além de alcançar a meta corporativa a superou em 10%. Gostaríamos de enfatizamos perante os senhores acionistas, que a Gestão da Companhia trabalhou incessantemente para alcançar a meta estabelecida no acordo de acionista e encerrou 2024 com 06 ciclos de caixa disponíveis.

Em termos de parcerias, tivemos avanços significativos com empresas internacionais ao celebramos um novo pré-contrato, desta vez com a empresa Voltalia Energia do Brasil LTDA, com um investimento de US\$ 3 bilhões e a previsão de gerar 5 mil empregos, consolidando a ZPE CEARÁ como um destino privilegiado para investimentos no setor de energias renováveis.

Com um papel importante no rumo da transição energética no Brasil, o governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, assinou mais um pré- contrato para instalação de uma planta industrial de hidrogênio verde (H2V) na ZPE CEARÁ. A ação, junto da norueguesa Fuella AS - desenvolvedora e operadora de usinas de hidrogênio verde e amônia prevê um investimento de R\$ 9 bilhões e a geração de mais de mil empregos.

O governador Elmano de Freitas anunciou, durante evento no Palácio da Abolição, um projeto do setor energético no Ceará, incluindo um Data Center da Casa dos Ventos, com investimento de R\$ 55 bilhões. O empreendimento será localizado na ZPE CEARÁ, na Região Metropolitana de Fortaleza, e já se encontra em fase de pré contrato, com a perspectiva de início ainda em 2025.

Ao firmar estes três pré-contratos no ano de 2024 o Governo do Estado do Ceará consolidou a reserva de 187,96 hectares no seu Setor II da ZPE CEARÁ, localizado em Caucaia.

Outra conquista importante alcançada em 2024 foi o início dos incentivos fiscais da SUDENE, que começaram a surtir efeitos a partir de maio, que representaram R\$ 1.699.987,77. Embora sejam

proporcionais ao período de implementação, os resultados já afetam positivamente os números da Companhia. Em 2025, a expectativa é que os efeitos desses incentivos se potencializem, permitindo um crescimento ainda mais expressivo.

Operações

A ZPE CEARÁ encerrou o ano de 2024 com um desempenho sólido e expressivo, consolidando sua posição como um dos principais polos logísticos e industriais do Brasil. De janeiro a dezembro, a ZPE CEARÁ, registrou a movimentação de 10.554.775 toneladas de cargas, um crescimento próximo a 5% em relação a 2023. O volume representa quase 54% do total movimentado pelo Porto do Pecém no período, reforçando a relevância estratégica da ZPE para o comércio exterior e a economia regional.

Em paralelo, destacamos a chegada da escória de minério, com a chegada de um pote de quase 70 toneladas, utilizado pela ArcelorMittal Pecém, demonstrando exemplo da robustez da nossa infraestrutura e da capacidade de movimentação de grandes cargas. Também recebemos a visita da comitiva da Receita Federal do Brasil, que conheceu nossos projetos em andamento, incluindo o Hub de Hidrogênio Verde e a finalização do processo de alfandegamento do Setor 2, preparando a área para o início das atividades do H2V.

Outra ação que merece destaque foi a realização de operações de transporte de 25 mil toneladas de coque para o Porto do Pecém e a criação de um grupo de trabalho com as prefeituras de Caucaia e São Gonçalo do Amarante para promover o desenvolvimento regional e a geração de empregos.

Compromissos institucionais

Tivemos a honra de participar da 28ª edição da Intermodal South América, a maior feira de logística da América Latina. No evento, promovemos o Complexo do Pecém e suas vantagens competitivas, como o Hub de Hidrogênio Verde e a integração com o Porto do Pecém. Este evento reforçou nossa posição estratégica como um polo logístico e industrial no Nordeste.

O Governo do Estado, representado pelo governador Elmano de Freitas tem implementado diversas ações de infraestrutura no Complexo do Pecém, como a duplicação da CE-155 e o projeto de implantação do sinal 5G, o que facilitará a competitividade e a integração logística do estado com o mercado global. O lançamento do marco legal do hidrogênio verde também representa um passo fundamental para garantir novos investimentos no setor.

O presidente desta Companhia, Fábio Ferreira Feijó assumiu a liderança da ZPE com o objetivo de ampliar os investimentos na região e promover a diversificação de oportunidades econômicas. Ele também participou de missões importantes, como a viagem à Holanda para o programa de administração portuária e zonas industriais, foi também à China e aos Estados Unidos para discutir a transição energética, prospectar investimentos sustentáveis e promover o Hub de Hidrogênio Verde.

Concluímos o ano com reconhecimento internacional, ao ser premiados no fDi's Global Free Zones of the Year 2024 da FDA nas categorias "Zonas de Inovação" e "Zonas Sustentáveis", organizada

pelo Financial Times, que classifica as zonas francas mais atrativas para investimentos em todo o mundo. Pela primeira vez, a ZPE CEARÁ figurou no Top 10 global, alcançando o posto de oitava melhor

ZPE em operação no planeta. Além disso, foi eleita a free trade zone mais inovadora das Américas e recebeu menção honrosa em sustentabilidade.

Em continuidade ao nosso compromisso com a sustentabilidade, o Porto do Pecém e a ZPE CEARÁ receberam o Selo A3P do Ministério do Meio Ambiente, reconhecendo nossas práticas de gestão responsável de recursos naturais e iniciativas voltadas à preservação ambiental. Essas ações refletem nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, com foco na transição energética.

Encerramento

Com um cenário positivo e conquistas expressivas, a ZPE CEARÁ projeta um 2025 ainda mais dinâmico com objetivo de continuar crescendo de forma estruturada no Hub de siderurgia, consolidar o Hub de Hidrogênio Verde e, com o apoio do governador, seguirmos inovando. Atrairemos novos segmentos industriais e avançaremos na exportação de serviços dentro da ZPE.

O compromisso com a expansão sustentável, a inovação tecnológica e a atração de investimentos estratégicos mantêm a ZPE CEARÁ como referência nacional e internacional, impulsionando o desenvolvimento econômico do Estado e fortalecendo sua posição no cenário global.

Para concluir, expressamos nossa gratidão pelo comprometimento de toda a Companhia e parceiros, que se esforçam para oferecer continuamente um serviço de qualidade e fundamental para o desenvolvimento econômico da região. É reconhecido que a ZPE é um instrumento importante para o Estado do CEARÁ e que por sua vez segue fazendo os esforços necessários, dando continuidade ao trabalho com bases na integridade, para atender às expectativas de nossos clientes, acionistas e sociedade em geral.



Assinado eletronicamente por: Fábio Feijo Motivo: Estou de acordo Data: 11 de abril de 2025 10:30 ADT

Fábio Ferreira Feijó Diretor Presidente

Assinado eletronicamente por: Luis Fernando Simoes da Silva Motivo: Estou de acordo Data: 11 de abril de 2025 09:26 ando Simoes da SidADT

Luís Fernando Simões da Silva Diretor de Governança





Fax: + 55 85 3244 2480 www.bdo.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará S.A. - ZPE São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará S.A. - ZPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará S.A. - ZPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará S.A. - ZPE S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de fevereiro de 2024 com opinião sem modificação sobre estas demonstrações contábeis.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2025.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 CE 001465/F-4

João Paulo Dias Neves

Contador CRC 1 BA 027946/0-6 - S - CE

(CNPJ/MF.: 13.006.170/0001-25)

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.289	9.723	Fornecedores	9	487	931
Contas a receber	6	5.455	3.232	Obrigações sociais e trabalhistas	10	498	541
Estoques		48	51	Obrigações fiscais	11	482	1.071
Impostos a recuperar		969	96	Participações nos lucros a pagar		2.012	1.016
Outros créditos		-	15	Dividendos e JSCP a pagar		3.392	2.340
		21.761	13.117	Outras contas a pagar		23	36
						6.894	5.935
Não circulante							
Outros créditos		1	1	Patrimônio líquido	14		
Tributos diferidos		222	113	Capital social		10.000	10.000
Imobilizado	7	18.945	17.235	Reserva legal		2.000	2.000
Intangível	8	1.785	1.114	Reserva de lucros		23.820	13.645
		20.953	18.463			35.820	25.645
Total do ativo		42.714	31.580	Total do passivo e patrimônio líquido		42.714	31.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CNPJ/MF.: 13.006.170/0001-25)

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	15	44.298	38.508
(-) Custo dos serviços prestados	16	(14.024)	(14.389)
(=) Lucro bruto		30.274	24.119
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais, líquidas			
Gerais e administrativas	16	(12.522)	(10.554)
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.134	33
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		18.886	13.598
Despesas financeiras	17	(23)	(36)
Receitas financeiras	17	1.257	1.119
(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro		20.120	14.681
(-) Impostos sobre a Renda		(4.541)	(4.305)
(-) Participação dos Empregados e Administradores		(2.012)	(1.017)
(=) Lucro líquido do exercício		13.567	9.359

(CNPJ/MF.: 13.006.170/0001-25)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	13.567	9.359
Total do resultado abrangente do período	13.567	9.359

(CNPJ/MF.: 13.006.170/0001-25)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital	Reserva	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	social 10.000	Legal 2.000	6.625	- acumulados	18.625
Lucro líquido do período	-	-	<u>-</u>	9.359	9.359
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(2.339)	(2.339)
Constituição de reserva	-	-	7.020	(7.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.000	2.000	13.645	-	25.645
Lucro líquido do período	-	-	<u>-</u>	13.567	13.567
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(3.392)	(3.392)
Constituição de reserva	-	-	10.175	(10.175)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.000	2.000	23.820		35.820

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CNPJ/MF.: 13.006.170/0001-25)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		
	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	13.567	7.680	
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciações e amortizações	2.244	1.276	
Tributos diferidos	(109)	-	
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	(1.079)	-	
Lucro líquido ajustado	14.623	8.956	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(2.223)	147	
Estoques	3	(50)	
Impostos a recuperar	(873)	-	
Outras contas a receber	15	1.400	
Fornecedores	(444)	1.705	
Obrigações trabalhistas	(43)	(15)	
Obrigações tributárias	(589)	487	
Outras obrigações	(13)	(20)	
Provisões	· · ·	154	
Caixa líquido das atividades operacionais	10.456	12.764	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(3.546)	(1.581)	
Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.546)	(1.581)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e participações	(1.344)	(6.025)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(1.344)	(6.025)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.566	5.158	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.723	4.420	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.289	9.578	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.566	5.158	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará S.A. - ZPE, empresa de economia mista constituída pela Lei Estadual nº 14.794 de 22 de setembro de 2010, vinculada ao Governo do Estado do Ceará, tem como principal atribuição promover os atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará, criada pelo Decreto Federal de 16 de junho de 2010.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.4. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo composto substancialmente de itens de almoxarifado, utilizados no consumo tanto na operação quanto na administração da Companhia.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível.

2.8. Intangível

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem aqueles ocorridos em razão de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam os critérios normativos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação da necessidade de registro de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo deduzidos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor seja estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.12. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia .

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros

3. Instrumentos financeiros

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras, pois a Companhia não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiamse na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisões para riscos processuais

Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas informações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta Corrente	1.829	42
Aplicações financeiras	13.460	9.681
	15.289	9.723

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado, principalmente, à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	2024	2023
Mercado interno	5.455	3.232
	5.455	3.232

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2024
Aging list	
Títulos a vencer	3.632
Até 30 dias	553
De 31 a 60 dias	865
Há mais de 60 dias	405
	5.455

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Depreciação %		Depreciação		
	a.a.	Custo	acumulada	2024	2023
Máquinas, equip. e ferramentas	10	977	(413)	564	568
Veículos	20	275	(275)	-	1
Móveis e utensílios	10	186	(122)	65	68
Equipamentos de proc dados	20	4.199	(1.246)	2.953	1.735
Benfeitorias	4	15.928	(565)	15.363	-
Direito de Uso		15. 44 8	(15.448)	-	14.863
		37.013	(18.069)	18.945	17.235

Movimentação do ativo imobilizado:

	2023	Adições	Transferências	2024
Custo do ativo imobilizado				
Máquinas, equip. e ferramentas	889	88	-	977
Veículos	275	-	-	275
Móveis e utensílios	176	9	-	185
Equipamentos de proc dados	2.565	1.634	-	4.199
Benfeitorias	-	1.065	14.863	15.928
Direito de Uso	14.863	-	(14.863)	-
	18.768	2.796	-	21.564
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(108)	(13)	-	(121)
Máquinas, equip. e ferramentas	(321)	(91)	-	(412)
Equipamentos de proc dados	(830)	(418)	-	(1.248)
Veículos	(274)	-	-	(274)
Benfeitorias	· · · · · ·	(564)	-	(564)
	(1.533)	(1.086)	-	(2.619)
Imobilizado líquido	17.235	1.710		18.945

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

				Líquid	0
Software	Amortização %	9.389 9.389	Amortização acumulada (7.604) (7.604)	2024 1.785 1.785	2023 1.114 1.114
Movimentação:					
Custo do ativo Internacivol	_	2023	Adições	Baixas	2024
Custo do ativo Intangível Software		8.689	750	(50)	9.389
	_	8.689	750	(50)	9.389
Amortização acumulada					
Software	_	(7.575)	(1.158)	1.129	(7.604)
		(7.575)	(1.158)	1.129	(7.604)
Intangível líquido	_	1.114	(408)	1.079	1.785

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia, tendo prazo de pagamento médio inferior a 60 dias. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos apresentados na rubrica são no montante de R\$ 487.

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
INSS a recolher	91	78
FGTS a recolher	29	25
Outras obrigações sociais	-	124
Provisão para férias	281	234
INSS sobre provisão de férias	75	62
FGTS sobre provisão de férias	22	18
·	498	541

11. Obrigações fiscais

	2024	2023
INSS retido de terceiros a recolher	128	131
ISS a recolher	61	62
PIS e COFINS a recolher	193	98
IRPJ e CSLL a recolher	-	695
IRRF a recolher	100	85
	482	1.071

12. Honorários da administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores em 2024 totalizou em R\$ 852 (R\$ 884 em 2023).

13. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

No curso normal de suas operações, a Empresa é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos tributários, trabalhistas e cíveis, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em provável, possível e remoto. A análise é realizada em conjunto com os assessores jurídicos que patrocinam a causa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial. Desses, somente os classificados com risco "provável" de perdas é que são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

Conforme avaliação dos assessores jurídicos a empresa não possui processos com classificação de risco de perda "provável" nem "possível". Desta forma não se fez necessário o provisionamento ou apresentação em nota explicativa de possíveis contingências.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado totaliza em 10.000.008 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	Ações On	lotal	Participação
CIPP	10.000.008	10.000.008	100,00%
	10.000.008	10.000.008	100,00%

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(c) Reserva de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos previstos no estatuto social da Companhia.

15. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	2024	2023
Receita de serviço	50.855	44.459
(-) PIS sobre receita	(839)	(734)
(-) COFINS sobre receita	(3.865)	(3.379)
(-) ISS sobre receita	(1.853)	(1.838)
	44.298	38.508

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos e despesas gerais por natureza

	2024	2023
Custo com pessoal	(1.843)	(2.027)
Segurança	(2.738)	(2.684)
Mão de obra terceirizada	(9.751)	(9.870)
Créditos de pis e confins	1.316	1.892
Energia elétrica custo	(511)	(509)
Manutenção e conservação custo	(81)	(103)
Despesa com pessoal	(2.517)	(2.102)
Honorário da administração	(853)	(884)
Manutenção e conservação	(498)	(415)
Outros custos e despesas	(103)	(320)
Combustíveis e lubrificantes	(55)	(334)
Assessorias e consultorias	(138)	(292)
Locação de veículos e transportes	(1.888)	(1.617)
Serviços de tecnologia	(3.442)	(3.868)
Depreciação e amortização	(2.244)	(1.768)
Despesas tributárias	(65)	(9)
	(25.411)	(24.910)
Despesas por função		
Custos	(14.024)	(14.389)
Gerais e administrativas	(12.522)	(10.554)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.135	33
	(25.411)	(24.910)

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas Financeiras:		
Juros recebidos	16	17
Descontos obtidos	8	14
Rendimentos de aplicações financeiras	1.233	1.088
	1.257	1.119
Despesas Financeiras:		
Descontos concedidos	(17)	(25)
Despesas bancárias	(6)	(10)
Taxas diversas	<u> </u>	(1)
	(23)	(36)
	1.234	1.083

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do período revisado e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.